

# Termo de Referência 154/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
154/2023	370003-COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC /DGI/SE/CGU	EVERTON SANTIAGO DE MOURA	20/10/2023 08:44 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.	13/2022	00190.106658/2023-39

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de switches Fibre Channel de 48 (quarenta e oito) portas, Transceivers (SFP+) de 32 Gbps, Serviço de Instalação/Configuração, Suporte Técnico por 60 (sessenta) meses e Repasse de Conhecimento para a Controladoria-Geral da União – CGU, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT/ CATSER	Unidade de medida	Quantidade (Total Registrada)
1	Switch FC 32 Gbps de 48 portas	CATMAT: 481771	UN	2
2	Transceivers (SPF+) 32 Gbps	CATMAT: 446002	UN	96
3	Instalação e configuração da solução	CATSER: 27090	Serviço	1
4	Suporte Técnico	CATSER: 27740	Serviço	2
5	Repasse de Conhecimento	CATSER: 16837	Serviço	1

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O objeto previsto neste Termo de Referência enquadra-se na definição de bens e serviços comuns do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste na aquisição de 2 (dois) switches Fibre Channel (FC) de 48 (quarenta e oito) portas ativas e licenciadas em cada um, com interfaces de 32 Gbps, 96 (noventa e seis) transceivers (SFP+) de 32 Gbps, contratação de 1 (uma) unidade do Serviço de Instalação e Configuração, 2 (duas) unidades de Suporte Técnico por 60 (sessenta) meses e 1 (uma) unidade de Repasse de Conhecimento.

2.3. Bens e Serviços que compõem a solução:

Grupo	Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidades
1	1	Switch FC 32 Gbps de 48 portas	Un.	2
	2	Transceivers (SPF+) 32 Gbps	Un.	96
	3	Instalação e Configuração da solução	Un.	1
	4	Suporte Técnico	Un.	2
	5	Repasse de Conhecimento	Un.	1

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

### 3.1. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

3.1.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, além de também estar alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022/2023 da Controladoria-Geral da União, conforme demonstrado abaixo:

<b>Objetivos estratégicos 2020-2023</b>	<b>Objetivo 13:</b> Racionalizar os recursos logísticos, financeiros e de TIC, com foco na sustentabilidade, segurança e efetividade.
<b>Iniciativas estratégicas 2020-2023</b>	<b>Iniciativa 13.3</b> - Estabelecer e aprimorar o gerenciamento dos níveis de serviço de TIC.
<b>PDTI 2022-2023</b>	#1068853 – Switches DataCenter – Solução de comutação para redes de armazenamento (SAN) com suporte técnico e garantia por 60 meses.

<b>PCA 2023</b>	ID PCA no PNCP	Data de Publicação no PNCP	Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
	26664015000148-0-000001/2023	14/02/2023	40	7030	370003-233 /2022
<b>EGD 2020-2023</b>	Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação – Objetivo 16.				
<b>Plataforma de Cidadania Digital</b>	Não se aplica.				

### 3.2. NECESSIDADE DE NEGÓCIO E MOTIVAÇÃO

3.2.1. Esta contratação visa suprir a rede de armazenamento da CGU com equipamentos de maior performance, disponibilidade e segurança. Igualmente, visa renovar a cobertura de suporte técnico para a rede SAN da CGU.

3.2.2. Atendimento às Diretrizes Tecnológicas do PDTI 2022-2023 da CGU, em especial ao “Manter o parque de ativos de TI atualizado e coberto por garantia de funcionamento”. Assim, é necessária a aquisição de novos switches, transceivers e serviços de instalação, suporte técnico e repasse de conhecimento visando atualizar tecnologicamente a infraestrutura de rede da CGU e visando a renovação da cobertura de suporte técnico dos equipamentos que hoje o órgão possui.

3.2.3. O uso apenas dos atuais equipamentos fora de garantia e tecnologicamente obsoletos pode gerar diversas situações indesejáveis, como:

3.2.3.1. Interrupção de atividade: a utilização de equipamentos sem garantia e suporte técnico sujeitam a rede a mais falhas e suspensões o que ocasionaria indisponibilidade de acesso e modificação dos dados corporativos armazenados nos diversos storages da CGU, situação que, por óbvio, inviabilizaria os trabalhos do órgão;

3.2.3.2. Aumento de custo com manutenção: a falta de equipamentos em garantia pode causar custos maiores com manutenção, devido à necessidade de troca de peças por defeito causado pelo uso maior do que a vida útil;

3.2.3.3. Subutilização da capacidade dos novos equipamentos adquiridos: está em curso pelo órgão, a aquisição de novos equipamentos com maior performance e capacidade de armazenamento. Com o aumento do poder de processamento e memória RAM dos novos servidores, ter-se-á por si só mais necessidade de tráfego de dados pela rede SAN. Além disso, outro fator que se deve considerar é o aumento da possibilidade de se ter mais máquinas virtuais, que demandará ainda mais tráfego SAN.

3.2.4. Dessa forma, considerando o fim do contrato de suporte aos switches SAN atuais, a implantação de novos servidores mais performáticos e a aquisição de novos storages, faz-se necessária a substituição dos equipamentos atuais, a fim de se garantir a performance, disponibilidade e segurança da operação da rede de armazenamento.

### 3.3. RELAÇÃO COM AS CARACTERÍSTICAS DA SOLUÇÃO

3.3.1. As características técnicas dos equipamentos, apresentadas no Anexo I - Especificação Técnica, foram baseadas nos padrões tecnológicos de interface, processamento e memória dos novos servidores adquiridos recentemente pela CGU e dos storages que estão em fase de aquisição.

3.3.2. A rede de armazenamento atual é formada por 2 (dois) switches Fibre Channel de 8 Gbps, do modelo HPE 5940 adquiridos em 2018, a partir do processo de contratação Pregão Eletrônico nº 11/2018 (Super 00190.101231/2018-87). Recentemente, o órgão adquiriu no processo licitatório Pregão Eletrônico nº 04/2022 (Super 00190.108918/2020-68) servidores com interfaces de 16 Gbps, com 4 (quatro) vezes mais capacidade de memória que os servidores antigos e mais poder de processamento.

3.3.3. Ademais, a CGU já possui um storage All Flash (Huawei OceanStor Dorado 6000 V3) com interface de 16 Gbps. Em relação à capacidade de armazenamento, os storages atuais, 1 (um) Huawei OceanStor Dorado 6000 V3 e 2 (dois) IBM Storwize v7000 Unified, possuem em conjunto 695 TB.

3.3.4. Essa configuração da rede SAN atual atingiu 80% da capacidade de tráfego da rede SAN em determinados momentos.

3.3.5. Além disso, pretende-se adquirir novos storages com mais performance e mais capacidade de armazenamento (Super 00190.106659/2023-83). A volumetria utilizável total estimada é de 1.373 TB. Ademais, avalia-se manter em conjunto com os 2 (dois) novos storages, o equipamento Huawei OceanStor Dorado 6000 V3, dessa forma, ter-se-ia um total de 1.753 TB de armazenamento.

3.3.6. Com o aumento da performance e capacidade de armazenamento dos storages e com o aumento do poder de

processamento e memória RAM dos servidores, ter-se-á mais necessidade de tráfego de dados pela rede SAN. Além disso, outro fator que se deve considerar é o aumento da possibilidade de se ter mais máquinas virtuais, que demandarão ainda mais tráfego SAN.

3.3.7. Dessa forma, considerando o aumento de demanda da rede SAN e o fim do contrato de suporte e garantia aos switches SAN atuais, qual seja, 15/04/2024, observou-se a necessidade de aquisição de novos switches SAN com performance e disponibilidade condizentes com as necessidades atuais e com as necessidades esperadas para o período em que a solução será utilizada, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar. Além disso, em decorrência dos novos switches, faz-se necessário a aquisição de transceivers (SFP+) e contratação de serviços de instalação/configuração, suporte técnico (abrangendo garantia e assistência técnica) por 60 (sessenta) meses e repasse de conhecimento.

3.3.8. No estudo da solução levou-se em consideração a vida útil dos equipamentos de pelo menos 60 (sessenta) meses.

3.3.9. Ressalta-se que o objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD/ME nº 94/2022.

3.3.10. Registra-se que foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME nº 94/2022º), em especial as Diretrizes para Contratação de Ativos de TIC, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/diretrizes-para-contratacao-de-ativos-de-tic>.

### 3.4. RELAÇÃO COM OS VOLUMES DA SOLUÇÃO

3.4.1. A obtenção do quantitativo de switches SAN da solução foi realizada a partir da quantidade de portas necessárias e do princípio da redundância, a fim de manter a alta disponibilidade da rede SAN.

3.4.2. Com base nos equipamentos atuais e nos equipamentos de armazenamento em aquisição, estimou-se a necessidade de 36 (trinta e seis) portas. Como o próximo número de portas encontrado usualmente no mercado é de 48 (quarenta e oito) e a fim de manter uma reserva técnica para uma possível expansão, obteve-se o padrão de 48 (quarenta e oito) portas.

3.4.3. Com o objetivo de a rede SAN operar com alta disponibilidade, haja vista que ela é responsável pela entrega efetiva dos dados corporativos armazenados em storages aos sistemas de informação da CGU on premise, é necessário haver 2 (dois) switches SAN operando de forma redundante, cada um com 48 (quarenta e oito) portas.

3.4.4. Ademais, a solução deve abranger 96 (noventa e seis) transceivers (SFP+), que corresponde ao número total de portas dos 2 (dois) switches, 1 (um) serviço de instalação e configuração, 2 (duas) unidades de Suporte Técnico, uma por equipamento, e 1 (um) serviço de repasse de conhecimento.

### 3.5. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

3.5.1. Garantir o funcionamento da rede SAN da CGU com disponibilidade, performance e segurança adequada ao bom funcionamento da infraestrutura tecnológica, a qual suporta o armazenamento de dados e os sistemas on premise da CGU.

3.5.2. Atender as necessidades atuais e futuras do Órgão com performance e segurança adequada.

### 3.6. DO CONTRATO PLURIANUAL

3.6.1. Justifica-se o período inicial de suporte superior a 12 (doze) meses, pois:

3.6.1.1. Para cobrir todo o período de garantia dos equipamentos;

3.6.1.2. Por trata-se de serviço continuado, a descontinuidade antecipada do serviço causaria prejuízos diante dos custos - operacionais e financeiros - de nova contratação;

3.6.1.3. Esta descontinuidade poderia prejudicar os serviços fornecidos pela CGU à sociedade, no caso de indisponibilidade do suporte aos equipamentos adquiridos;

3.6.1.4. Conforme o documento de BOAS PRÁTICAS, ORIENTAÇÕES E VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE ATIVOS DE TIC, disponível em [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes\\_ativos-de-tic-v-4.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf), os “ativos de TI devem ser adquiridos com garantia de funcionamento provida pelo fornecedor durante sua vida útil”, pois “de forma geral a contratação, a posteriori, de serviços de manutenção para ativos fora de garantia, usualmente é mais onerosa para a Administração do que quando o bem é adquirido com garantia para toda sua vida útil”. Ainda conforme o documento, para ativos de rede “deve-se considerar o tempo de vida de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento”;

3.6.1.5. A renovação contratual a cada 12 (doze) meses geraria ônus administrativo, uma vez que envolve várias áreas da casa para sua realização.

### 3.7. AGRUPAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

3.7.1. Os itens estão agrupados, pois não é tecnicamente viável dividir a solução, visto que há transceivers (SFP+) que não são compatíveis com certos modelos de switch. Também não é possível conhecer previamente o modelo de switch da proposta vencedora, por isso, é necessário que esses equipamentos e os transceivers sejam adquiridos em conjunto. Os serviços

(instalação, suporte técnico e repasse de conhecimento) dependem do modelo do equipamento, portanto, também devem ser adquiridos em conjunto com os switches e transceivers.

3.8. Por fim, registra-se que foram observados os guias, manuais, e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME nº 94/2022).

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos de Negócio:

- 4.1.1. Fornecer rede SAN com performance e disponibilidade condizentes com as necessidades atuais e com as necessidades esperadas para o período em que a solução será utilizada;
- 4.1.2. Fornecer suporte técnico e garantia de funcionamento pelo período 60 (sessenta) meses;
- 4.1.3. Prover repasse de conhecimento quanto à operação dos equipamentos e softwares associados;
- 4.1.4. Estar disponível antes de abril de 2024, prazo em que se encerra o suporte técnico da solução atual.

### 4.2. Requisitos de Capacitação dos Usuários da Solução

- 4.2.1. Não se aplica. A necessidade de repasse de conhecimento para a equipe técnica consta da seção 4.12.

### 4.3. Requisitos Legais

- 4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis.
- 4.3.2. Decreto 7.174/10.
- 4.3.3. ON/SLTI 01/2105
- 4.3.4. Portaria Inmetro nº 170/2012.
- 4.3.5. Diretrizes para a Aquisição de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação; publicado em 23/03/2017, disponível em [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes\\_ativos-de-tic-v-4.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf).
- 4.3.6. Os equipamentos devem ser homologados pela ANATEL.

### 4.4. Requisitos de Manutenção

- 4.4.1. Os equipamentos deverão ter garantia de funcionamento por período não inferior a 60 (sessenta) meses.
- 4.4.2. Tal período é solicitado em atendimento às Diretrizes para a Aquisição de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação, publicado em 23/03/2017, disponível no site Governo Digital (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes-para-contratacao>), mais especificamente o item 1.4.4. Tal documento apresenta, em seu item 1.2, análise quanto a aquisição de ativos com garantia versus contratação de serviço de manutenção, orientando, no 1.2.1, que "Os ativos de TI devem ser adquiridos com garantia de funcionamento provida pelo fornecedor durante sua vida útil,..." e justificando, no 1.2.2., que "Tal procedimento se justifica pelo fato de que, de forma geral a contratação, a posteriori, de serviços de manutenção para ativos fora de garantia, usualmente é mais onerosa para a Administração do que quando o bem é adquirido com garantia para toda sua vida útil."
- 4.4.3. A correção de erros dos softwares deve ser realizada sem ônus à CONTRATANTE, durante o prazo de validade técnica dos softwares, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609/1998. Caso os erros venham a ser corrigidos em versão posterior do software, essa versão deverá ser fornecida sem ônus para a CONTRATANTE.

### 4.5. Requisitos Temporais

- 4.5.1. Estar disponível antes de abril de 2024, prazo em que se encerra o suporte técnico da solução atual.
- 4.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.5.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos.
- 4.5.4. Demais requisitos temporais serão detalhados no item 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

#### 4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.

4.6.2. No âmbito da CGU, a contratação e implementação da solução de TIC deverá observar as seguintes normas:

4.6.2.1. NC 01/IN04/SE/CGU/PR - REGULAMENTA O USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NOS ASPECTOS RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES NO ÂMBITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e dá outras providências;

4.6.2.2. NC 03/IN04/SE/CGU – REGULAMENTA OS CONTROLES DE ACESSO RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e dá outras providências;

4.6.2.3. NC 04/IN04/SE/CGU – DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE EQUIPES DE TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES EM REDES COMPUTACIONAIS E GERENCIAMENTO DE INCIDENTES REDES COMPUTACIONAIS NO ÂMBITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO;

4.6.2.4. NC 05/IN04/SE/CGU - UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO; e

4.6.2.5. NC 07/IN04/SE/CGU - ACESSO À INTERNET POR MEIO DA REDE DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.

4.6.3. Decreto 7.174/10;

4.6.4. ON/SLTI 01/2105;

4.6.5. Portaria Inmetro nº 170/2012.

#### 4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1.1. Decreto 7.174/10;

4.7.1.2. ON/SLTI 01/2105;

4.7.1.3. Portaria Inmetro nº 170/2012.

4.7.2. Os equipamentos devem estar aderentes à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.7.3. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017 /SEGES e nº 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.7.4. Os equipamentos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento (IN SLTI-MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010).

4.7.5. Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (IN SLTI-MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010).

4.7.6. O fornecimento dos softwares deverá ser feito de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias.

4.7.7. O software deverá ser fornecido com interface em língua portuguesa brasileira ou em língua inglesa.

4.7.8. Os manuais deverão ser fornecidos em língua portuguesa brasileira ou língua inglesa.

4.7.9. A CONTRATADA deverá apresentar seus relatórios de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias e /ou papel.

#### 4.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da CONTRATANTE.

4.8.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela CONTRATANTE.

4.8.3. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica (não podem ter sido reconicionados), de primeiro uso, da geração na respectiva linha de produtos do fabricante.

4.8.4. Os equipamentos e softwares deverão ser idênticos aos da proposta comercial da licitação. Qualquer alteração deverá ser expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

4.8.5. O detalhamento dos requisitos consta do Anexo I - Especificação Técnica.

#### **4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. O detalhamento dos requisitos consta do Anexo I - Especificação Técnica.

#### **4.10. Requisitos de Implantação**

4.10.1. O detalhamento dos requisitos consta do Anexo I - Especificação Técnica.

#### **4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.11.1. O prazo de garantia contratual dos serviços (complementar à garantia legal) mais a garantia legal será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses.

4.11.2. O prazo de garantia contratual dos bens (complementar à garantia legal) mais a garantia legal é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

4.11.3. Os prazos de vigência de garantia dos subitens anteriores deverão ter início após o fim da etapa de Instalação e Configuração conforme detalhado na seção 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

4.11.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

4.11.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.11.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.11.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.11.8. O CONTRATADO realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado. Durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do CONTRATADO, aceita pela CONTRATANTE.

4.11.9. Na hipótese de reparação ou substituição de bens com vício ou defeito, o CONTRATADO deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.11.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pelo CONTRATADO, fica a CGU autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do CONTRATADO o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.11.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do CONTRATADO.

4.11.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.11.13. O detalhamento dos requisitos consta do Anexo I - Especificação Técnica.

#### **4.12. Requisitos de Capacitação da Equipe Técnica**

4.12.1. Os instrutores devem possuir certificação do fabricante dos equipamentos referente a rede SAN.

4.12.2. O detalhamento dos requisitos consta do Anexo I - Especificação Técnica.

#### **4.13. Requisitos de Experiência Profissional**

4.13.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe de suporte técnico da presente contratação.

#### **4.14. Requisitos de Formação da Equipe**

4.14.1. Ao menos um dos integrantes da equipe de Instalação e Configuração da solução deve possuir certificação do fabricante dos equipamentos referente a rede SAN.

#### **4.15. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.15.1. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e por meio telefônico.

4.15.2. A execução do serviço deve ser acompanhada pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à

CONTRATANTE.

4.15.3. O melhor detalhamento da metodologia de trabalho será realizado no tópico 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

#### **4.16. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.16.1. No âmbito da CGU, a contratação e implementação da solução de TIC deverá observar as seguintes normas:

4.16.1.1. NC 03/IN04/SE/CGU - REGULAMENTA OS CONTROLES DE ACESSO RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e dá outras providências.

4.16.1.2. LEI Nº 13.709, de 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.16.2. O detalhamento dos demais requisitos de segurança e privacidade consta neste termo de referência e seus anexos.

#### **4.17. Vistoria**

4.17.1. Não há previsão de vistoria. As informações apresentadas neste Termo de Referência são suficientes para elaboração de proposta de preços.

#### **4.18. Outros Requisitos Aplicáveis**

4.18.1. Comprovação da origem dos bens importados oferecidos e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa, em atendimento ao inciso III do art. 3º do Decreto 7.174/2010;

#### **4.19. Sustentabilidade**

4.19.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.19.1.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.19.1.2. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-oligobromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### **4.20. Subcontratação**

4.20.1. É expressamente vedada a subcontratação em todo ou em parte referente aos itens de 1 a 4, uma vez que o objeto a ser contratado consegue ser atendido integralmente por diferentes empresas de mercado, conforme verificado no Estudo Técnico Preliminar.

4.20.2. Será permitida a subcontratação apenas do item 5 (Repasse de Conhecimento), uma vez que o mercado apresenta empresas especializadas no assunto.

4.20.3. O Item 5 está agrupado com os demais itens da solução pois é necessário saber de antemão a solução para oferta do serviço adequado de repasse de conhecimento.

4.20.4. No caso de subcontratação a licitante continuará como responsável pelos serviços prestados, não podendo imputar a terceiros a culpa por qualquer descumprimento contratual.

4.20.5. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto a ser contratado consegue ser atendido integralmente por diferentes empresas de mercado, conforme verificado no Estudo Técnico Preliminar.

4.20.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

#### **4.21. Garantia da Contratação**

4.21.1. Será exigida a garantia da contratação que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme regras previstas no contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

4.21.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.21.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.21.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **4.22. Informações relevantes para a apresentação da proposta**



4.22.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 4.22.1.1. 2 (dois) switches SAN FC de 48 portas de 32 Gbps;
- 4.22.1.2. 96 (noventa e seis) unidades de transceivers (SFP+) FC 32 Gbps SW;
- 4.22.1.3. 1 (uma) unidade de instalação da solução em Brasília;
- 4.22.1.4. 2 (duas) unidades de suporte técnico de 5 (cinco) anos para os bens;
- 4.22.1.5. 1 (uma) unidade de treinamento de 20 horas presencial, hands-on, em Brasília em ambiente de responsabilidade da CONTRATADA.

4.22.2. A proposta comercial deve especificar o modelo dos bens e softwares ofertados.

4.22.3. Deve ser fornecida declaração de que:

4.22.3.1. Não há anúncio de End-Of-sales e End-Of-Support na data de apresentação da proposta para os equipamentos a serem fornecidos e todos os seus componentes, bem como para todos os softwares que compõem a solução. Na hipótese de haver anúncio de End-Of-sales ou End-Of-Support após a apresentação da proposta comercial e antes da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos e softwares mais novos, compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

4.22.3.2. Os equipamentos a serem fornecidos e todos os seus componentes serão novos, de primeiro uso e estão em linha de fabricação.

## 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.6. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### 5.2. São obrigações da CONTRATADA

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 6.1. Condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. O início da execução do contrato será no primeiro dia útil após à assinatura do contrato;

6.1.3. Cronograma referente aos itens de 1 a 4:

Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
1	Assinatura do contrato	-	CONTRATANTE e CONTRATADA
2	Reunião inicial	Evento 1 + 5 dias úteis	CONTRATANTE e CONTRATADA
3	Comprovação da qualificação de profissionais	Evento 1 + 15 dias úteis	CONTRATADA
4	Apresentação da infraestrutura à CONTRATADA	Evento 3 + 15 dias úteis	CONTRATANTE
5	Entrega dos bens	Evento 1 + 90 dias corridos	CONTRATADA
6	Início da etapa de instalação e configuração da solução	Eventos 3, 4 e 5 concluídos + 10 dias úteis	CONTRATADA
7	Fim da etapa de instalação e configuração da solução	Evento 6 + 20 dias úteis	CONTRATADA
8	Entrega da documentação da solução conforme o Anexo I  Comprovação da contratação do Suporte Técnico  Comprovação da contratação das licenças de software (Quando aplicável)	Evento 7 + 20 dias úteis	CONTRATADA
9	Recebimento provisório dos Itens 1 ao 4	Evento 8 + 10 dias úteis	CONTRATANTE
10	Recebimento definitivo dos Itens 1 ao 4	Eventos 9 + 10 dias úteis	CONTRATANTE

6.1.4. Quanto à comprovação da qualificação de profissionais:

6.1.4.1. A CONTRATADA terá 15 (quinze) dias úteis para apresentar os documentos que comprovem a qualificação do profissional responsável pela instalação e configuração da solução, conforme definições constantes do Anexo I.

6.1.5. Quanto aos bens:

6.1.5.1. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da assinatura do contrato;

6.1.5.2. Ressalta-se que CGU possui um único CNPJ, não possui inscrição estadual e não emite nota fiscal;

6.1.5.3. O recebimento provisório dos bens será emitido por responsável em conjunto com o recebimento provisório do serviço de Instalação e Configuração, haja vista a necessidade de os equipamentos estarem instalados para a verificação

do atendimento dos respectivos critérios técnicos.

6.1.5.4. Os bens, softwares e quaisquer itens que componham a solução poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### 6.1.6. Quanto ao Software de Administração/Gerência:

6.1.6.1. O prazo de 60 (sessenta) meses de validade das licenças do software, no caso de subscrição, deverá ter sua data de início igual ou posterior ao primeiro dia útil subsequente à conclusão da etapa de Instalação e Configuração;

6.1.6.2. A comprovação da contratação das licenças do software, pelo período informado no subitem anterior, é condição para o recebimento provisório do software;

6.1.6.3. É permitido o uso de licenças de avaliação durante o período do serviço de Instalação e Configuração, desde que contenham todas as funcionalidades necessárias para a avaliação dos critérios funcionais relacionados ao Software de Administração/Gerência;

6.1.6.4. A aplicação das licenças definitivas é condição para o recebimento provisório do objeto;

6.1.5.5. É permitido o uso de Software de Administração/Gerência gratuito desde que homologados pelo fabricante dos equipamentos e desde que atendam a todos os requisitos deste Termo de Referência.

#### 6.1.7. Quanto ao serviço de Instalação e Configuração:

6.1.7.1. O tempo para a Instalação e Configuração será de 20 (vinte) dias úteis após a comprovação da qualificação do profissional responsável pelas atividades, apresentação da infraestrutura à CONTRATADA e entrega dos bens;

6.1.7.2. Esse serviço será realizado pela CONTRATADA de forma presencial no datacenter da CONTRATANTE em Brasília;

6.1.7.3. Essa etapa deve incluir a instalação e configuração de TODOS os equipamentos e softwares que compõem a solução;

6.1.7.4. A aplicação de todas as licenças necessárias deve ocorrer durante essa etapa;

6.1.7.5. Essa etapa será considerada concluída quando a CONTRATADA notificar por e-mail a CONTRATANTE que a nova solução foi colocada em produção com todas as configurações dispostas no Anexo I.

#### 6.1.8. Quanto ao Serviço de Suporte Técnico:

6.1.8.1. O prazo de 60 (sessenta meses) do serviço Suporte Técnico deverá ter sua data de início igual ou posterior ao primeiro dia útil subsequente à conclusão da etapa de Instalação e Configuração;

6.1.8.2. O serviço de Suporte Técnico é de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA e ocorrerá às suas expensas, mesmo quando for necessário o transporte de equipamentos ou peças ou ainda o traslado e a estadia de técnicos da CONTRATADA ou qualquer outro tipo de serviço necessário ao cumprimento da garantia de funcionamento completo da solução;

6.1.8.3. A substituição de equipamentos com defeito pela CONTRATADA poderá, a critério da CGU, ser realizada de forma remota, pois o Órgão dispõe de equipe técnica local. No entanto, a CONTRATADA deverá acompanhar, ainda que remotamente, todo o processo de substituição e poderá ser acionada a realizar o procedimento de forma presencial sem ônus à CONTRATANTE.

#### 6.1.9. O Termo de Recebimento Provisório dos Itens 1 ao 4:

6.1.9.1. O Termo de Recebimento Provisório será emitido em até 10 (dez) dias úteis após o atendimento de todos os itens:

6.1.9.1.1. Instalação e configuração da solução com a respectiva integração com a infraestrutura do Órgão;

6.1.9.1.2. Entrega da documentação da solução;

6.1.9.1.3. A apresentação das notas fiscais referentes aos Itens 1 ao 4;

6.1.9.1.4. A comprovação da contratação do Suporte Técnico;

6.1.9.1.5. Quando aplicável, a comprovação da emissão das licenças de software em nome da CGU;

6.1.9.1.6. Aplicação das licenças definitivas dos softwares;

6.1.9.1.7. O exame e constatação da Equipe de Fiscalização do Contrato que a solução está em perfeitas condições de uso e atende a todos os critérios desse Termo de Referência.

6.1.9.2. A obrigação da CONTRATADA referente aos itens supracitados só será considerada atendida após o Recebimento Definitivo realizado pela Equipe de Fiscalização do Contrato (Detalhes na seção 8 – Do Recebimento).

6.1.10. Cronograma referente ao Item 5:

--	--	--	--

Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
1	Assinatura do contrato	-	CONTRATANTE e CONTRATADA
2	Comprovação da qualificação de profissionais	Evento 1 + 15 úteis dias	CONTRATADA
3	Entrega do planejamento da atividade de Repasse de Conhecimento	Evento 2 + 5 dias úteis	CONTRATADA
4	Início da atividade de Repasse de Conhecimento	Evento 3 + 20 dias úteis	CONTRATADA
5	Fim da atividade de Repasse de Conhecimento	Evento 4 + 10 dias úteis	CONTRATADA
6	Recebimento provisório do Item 5	Evento 5 + 10 dias úteis	CONTRATANTE
7	Recebimento definitivo do Item 5	Evento 6 + 10 dias úteis	CONTRATANTE

6.1.11. Quanto à comprovação da qualificação de profissionais:

6.1.11.1. A CONTRATADA terá 15 (quinze) dias úteis para apresentar os documentos que comprovem a qualificação do profissional responsável pelo Repasse de Conhecimento, conforme definições constantes do Anexo I.

6.1.12. Após comprovação da qualificação dos profissionais, a CONTRATADA deverá apresentar em até 5 (cinco) dias úteis o planejamento da atividade de Repasse de Conhecimento.

6.1.13. Em relação ao início da atividade de Repasse de Conhecimento:

6.1.13.1. O prazo poderá ser maior do que 20 (vinte) dias úteis conforme conveniência da CONTRATANTE;

6.1.13.2. O prazo poderá ser menor do que 20 (vinte) dias úteis conforme anuência da CONTRATADA.

6.1.14. A CGU reserva-se o direito de não aceitar o repasse de conhecimentos efetuado, podendo, a seu critério, solicitar a troca de profissional ou até mesmo a repetição do tema caso entenda necessário.

6.1.15. Após a conclusão da atividade de Repasse de Conhecimento, em conformidade com a seção Critérios de Aceitação, será emitido o Termo de Recebimento Provisório do Item 5 em até 10 (dez) dias úteis.

6.1.16. A obrigação da CONTRATADA referente aos itens supracitados só será considerada atendida após o Recebimento Definitivo realizado pela Equipe de Fiscalização do Contrato (Detalhes na seção 8 – Do Recebimento).

## 6.2. Local e horário da entrega dos bens

6.2.1. Os bens deverão ser entregues em Brasília/DF, no SERPRO REGIONAL BRASÍLIA: SGAN L2 Norte Quadra 601 - Módulo G CEP: 70836-900, em dias úteis, durante o horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00hs.

6.2.2. É necessário fazer agendamento para instalação dos equipamentos e disponibilizar as informações de identificação dos integrantes da equipe que executará o serviço, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

6.2.3. O endereço pode eventualmente ser alterado em função de mudança da unidade. Neste caso, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA.

## 6.3. Local e horário da prestação dos serviços

6.3.1. O serviço de Instalação e Configuração deverá ser realizado no datacenter da CONTRATANTE, em Brasília, em horário que não prejudique o funcionamento do Órgão. Assim, a critério da CONTRATANTE, as atividades que envolvam risco de prejudicar o funcionamento do ambiente deverão ser executadas em dias e horários não úteis, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

6.3.2. O serviço de Suporte Técnico deverá ser prestado sem interrupções, isto é, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

6.3.3. O serviço de Repasse de Conhecimento será realizado em ambiente disponibilizado pela CONTRATADA, em Brasília, em horário comercial.

#### **6.4. Materiais/Infraestrutura a serem disponibilizados**

6.4.1. Será concedido acesso aos ambientes físico e lógico em que a solução será implantada.

#### **6.5. Especificação da garantia dos bens e serviços (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

6.5.1. O prazo de garantia contratual dos bens e serviços (complementar à garantia legal) mais o prazo de garantia legal será de no mínimo 60 (sessenta) meses e deverá ter sua data de início igual ou posterior ao primeiro dia útil subsequente à conclusão da etapa de Instalação e Configuração.

#### **6.6. Formas de transferência de conhecimento para a CONTRATADA**

6.6.1. Será realizada reunião para repasse de conhecimento a respeito da infraestrutura SAN atual do órgão e sobre rotinas de acesso ao ambiente em que os equipamentos e softwares deverão ser implantados.

6.6.2. A CONTRATADA terá acesso físico e lógico aos equipamentos, sendo de sua total responsabilidade a compreensão das configurações do ambiente atual e migração, com os devidos ajustes, para os novos equipamentos /softwares. O repasse de conhecimento tem como único objetivo facilitar o processo de compreensão do ambiente atual.

6.6.3. O detalhamento dos requisitos consta do Anexo I - Especificação Técnica.

#### **6.7. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.7.1. Os testes de aceitação serão realizados em todos os itens da contratação.

#### **6.8. Mecanismos formais de comunicação**

#### **6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:**

6.9.1. Ata de Reunião;

6.9.2. Ofício;

6.9.3. Sistema de abertura de chamados;

6.9.4. E-mail institucional/corporativo;

6.9.5. Cartas.

#### **6.10. Formas de Pagamento**

6.10.1. O pagamento ocorrerá em parcela única, de acordo com os objetos entregues, após a emissão dos respectivos termos de recebimento definitivo. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.10.2. Os itens 1 ao 4 serão pagos em conjunto, haja vista que o recebimento definitivo desses itens só será realizado após o atendimento de todos os critérios referentes a eles. O item 5 será pago de forma separada. Para que o pagamento seja realizado, é importante que a nota fiscal referente ao item 5 seja separada das demais.

#### **6.11. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.11.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

6.11.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS III e IV.

#### **6.12. Do Encerramento Ou Transição Contratual**

6.12.1. Os itens 1 ao 3 e 5 serão entregues no início do contrato, apenas o item 4 (Suporte Técnico) estará vigente ao final do contrato. Ao final do período de Suporte Técnico, os perfis de acesso devem ser revogados.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o CONTRATADO e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### 7.5. Preposto

- 7.5.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.5.2. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

### 7.6. Reunião Inicial

- 7.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 7.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.
- 7.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.6.3.1. Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;
- 7.6.3.2. Presença por parte da CONTRATANTE, no mínimo, a Equipe de Fiscalização do Contrato;
- 7.6.3.3. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.6.3.4. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.6.3.5. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 7.6.3.6. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência. Não é necessário que a garantia esteja contratada nessa etapa. A CONTRATADA precisa apenas demonstrar que é possível contratar garantia (e suporte técnico) do fabricante pelo período integral exigido neste Termo de Referência.
- 7.6.3.7. Poderão ser tratados na reunião assuntos relacionados a repasse de conhecimento e disponibilização de infraestrutura para a CONTRATADA.

### 7.7. Fiscalização

- 7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### 7.8. Fiscalização Técnica

- 7.8.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 7.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 7.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção

de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **7.9. Fiscalização Administrativa**

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **7.10. Gestor do Contrato**

7.10.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1. Critérios de aceitação**

8.1.1. Serão analisados todos os itens constantes deste Termo de Referência, em especial a Especificação Técnica (Anexo I), de acordo com as especificações e proposta comercial.

8.1.2. Ainda será analisado:

8.1.2.1. Os quantitativos entregues em relação ao contratado;

8.1.2.2. As características das licenças de software e do suporte técnico;

8.1.2.3. A integração da solução completa com o ambiente da CGU, se está em perfeitas condições de uso, atendendo completamente os critérios deste Termo de Referência.

8.1.3. O serviço de Suporte Técnico será avaliado também com base nos Níveis Mínimos de Serviços constantes deste Termo de Referência.

8.1.4. O serviço de Repasse de Conhecimento será avaliado também conforme o formulário de treinamento do Anexo I. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a esse item dependerá de avaliação igual ou superior a 3,5 (três e meio) com base no formulário supracitado.

## 8.2. Do recebimento

8.2.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, nos prazos especificados na seção 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.2.6. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.2.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.8. Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.10. Os bens e serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.2.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.2.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.2.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.2.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.2.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens e serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



### 8.3. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.3.1. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção:

8.3.1.1. Inspeção na totalidade de bens entregues e nos serviços realizados e conferência da documentação apresentada pela CONTRATADA;

8.3.1.2. Inspeção física (exceto quanto aos softwares) e logicamente, para verificar o atendimento a todos requisitos técnicos constantes do Termo de Referência e da proposta comercial;

8.3.1.3. Fisicamente, em loco, por meio de inspeção visual para verificação das características externas do equipamento;

8.3.1.4. Logicamente, por meio da interface/console, para verificar características que não possam ser verificadas com inspeção visual externa.

8.3.2. O serviço de Instalação e Configuração será inspecionado em loco, para verificar a correta instalação dos equipamentos, e logicamente, para verificar o atendimento a todos os requisitos técnicos constantes do Termo de Referência e da proposta comercial. A documentação da solução, conforme o Anexo I, é condição necessária para o aceite do serviço.

8.3.3. O serviço de Suporte Técnico será inspecionado quanto a:

8.3.3.1. Contratação do serviço de suporte técnico, incluindo a garantia com o fabricante, em conformidade com o Anexo I e com o período especificado neste Termo de Referência. A verificação será realizada no site do fabricante, em área de acesso exclusivo da CGU, por meio dos números de série. Também será aceita documentação fornecida diretamente pelo fabricante com as informações descritas;

8.3.3.2. Documentação fornecida pela CONTRATADA com os procedimentos para acionar o serviço, os prazos de atendimento e os contatos para a escalção das solicitações;

8.3.3.3. Os níveis de serviço prestados, conforme estabelecidos na seção Níveis Mínimos de Serviço.

8.3.4. A CONTRATANTE poderá fazer diligências, com o fornecedor ou fabricante do equipamento, em caso de eventuais dúvidas.

8.3.5. Serão realizadas verificações no site do fabricante, em área de acesso exclusivo da CGU, quanto ao prazo das licenças de software, quando aplicável, emitidas em nome da CGU a fim de validar se atendem aos períodos especificados neste termo de referência. Também será aceita documentação fornecida diretamente pelo fabricante com as informações descritas.

8.3.6. Em relação ao serviço de Repasse de Conhecimento, haverá avaliação quanto ao atendimento dos critérios do Anexo I e quanto ao desempenho do serviço, conforme o formulário do Anexo II.

### 8.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.4.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,5% sobre o valor total do contrato.
2	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 10% do valor total do contrato.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por	Multa de 2,5% sobre o valor total do contrato.

4	até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do contrato. A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos nos prazos máximos especificados na tabela "Prazos para os níveis de severidade", item 8.5.14.	Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela CONTRATANTE, até o limite de 3 (três) dias úteis. Após o limite de 3 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do Contrato.
7	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
8	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
9	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade do ambiente computacional da CONTRATADA.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da CONTRATANTE.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2% do valor total do contrato.

8.4.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a CONTRATADA:

8.4.2.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.4.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.4.3. Os níveis mínimos exigidos para essa contratação, bem como o cálculo do desconto a ser aplicado na fatura no caso de não cumprimento dos níveis de serviço exigidos, estão detalhados na seção Níveis mínimos de serviço exigidos.

8.4.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

8.4.4.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

8.4.4.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.4.4.3. Der causa à inexecução total do contrato;

8.4.4.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.4.4.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.4.4.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.4.4.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.4.4.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4.5. Nos termos do art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, prevista nos demais itens, garantida a prévia defesa.

8.4.6. Nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.4.6.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021):

8.4.6.1.1. Atraso injustificado, superior a 5 (cinco) dias, na entrega dos bens, limitada à incidência de 15 (quinze) dias de atraso. No caso de atraso superior a este período será aplicada a multa moratória prevista no item 8.4.6.4.1, por todo o período de atraso;

8.4.6.1.2. Atraso injustificado de até 05 (cinco) dias úteis no início ou finalização dos serviços. No caso de atraso superior a este período será aplicada a multa moratória prevista no item 8.4.6.4.3, por todo o período de atraso;

8.4.6.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8.4.4.2, 8.4.4.3 e 8.4.4.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4.6.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8.4.4.5, 8.4.4.6, 8.4.4.7 e 8.4.4.8 do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas 8.4.4.2, 8.4.4.3 e 8.4.4.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.6.4. **Multa:**

8.4.6.4.1. Moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) a cada 5 (cinco) dias de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos bens, limitada a incidência de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato;

8.4.6.4.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se a Impedimento de licitar e contratar do item 8.4.6.2, podendo, à critério da administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

8.4.6.4.3. Moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por dia, sobre o valor do contrato, em caso de atraso injustificado no início ou na finalização da execução do serviço, superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. A multa está limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

8.4.6.4.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início ou na finalização da execução do serviço, poderá ocorrer a não-aceitação dos bens e serviços, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato;

8.4.6.4.5. Moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) do valor do contrato para cada 5 dias de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a

promover a rescisão do contrato;

8.4.6.4.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.4.6.4.7. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, em caso de inexecução parcial do contrato, tais como:

8.4.6.4.7.1. Descumprimento do prazo de início ou de finalização da execução dos serviços ou de entrega bens, previstos na seção 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

8.4.6.4.7.2. Descumprimento dos prazos máximos de atendimento, previstos no item 8.5.14 deste Termo de Referência, de 4 (quatro) ou mais chamados em um período de 12 (doze) meses.

8.4.6.4.8. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.4.6.4.9. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

8.4.6.4.10. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.4.6.4.11. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.6.4.12. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.6.4.13. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.6.4.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.6.4.15. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.4.8. Na aplicação das sanções serão considerados: (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

8.4.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.4.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.4.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.4.8.4. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

8.4.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.4.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.11. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.4.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.4.13. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8.5. Níveis mínimos de serviço exigidos

## 8.5.1. Níveis de severidades:

8.5.1.1. Severidade ALTA: Esse nível de severidade é aplicado quando a solução se encontra totalmente indisponível. Há uma falha no hardware ou software que deixe indisponíveis seus recursos (serviço parado). Há impacto a múltiplos usuários e/ou falha em servidor de produção que afete operações críticas da CONTRATANTE;

8.5.1.2. Severidade MÉDIA: Esse nível de severidade é aplicado quando há falha, simultânea ou não, do uso da solução, em que a solução se encontra parcialmente indisponível ou com degradação de tempo de resposta no acesso aos aplicativos, módulos ou recursos;

8.5.1.3. Severidade BAIXA: Esse nível de severidade é aplicado quando a solução se encontra disponível, mas há ocorrência de alarmes, bem como quando é necessário realizar consultas sobre problemas da Solução. Há um pequeno impacto a um ou mais usuários. A correção pode ser feita de forma agendada, em um momento futuro; e

8.5.1.4. Severidade MUITO BAIXA: Esse nível de severidade é aplicado quando é necessário realizar consulta sobre dúvidas gerais a respeito da Solução.

8.5.2. Será considerado horário final para dia útil, o horário de 19h00.

8.5.3. Será considerado para efeitos dos níveis exigidos:

8.5.3.1. Prazo de término de atendimento: tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da CGU à CONTRATADA e o retorno de disponibilidade da solução.

8.5.4. O nível de severidade será informado pela CONTRATANTE no momento da abertura de cada chamado.

8.5.5. O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério da CONTRATANTE. O nível de severidade de um acionamento poderá ser reclassificado no decorrer do atendimento e conforme a disponibilidade de recursos dos módulos e componentes da solução.

8.5.6. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do serviço.

8.5.7. O suporte técnico deverá prever a possibilidade de abertura ilimitada de chamados.

8.5.8. A CONTRATADA apresentará à CGU, ao término de cada atendimento, um relatório de atendimento técnico contendo dados sobre a intervenção na solução.

8.5.9. A CONTRATADA também fornecerá atendimento técnico por meio de visitas ao local em que a solução estiver instalada, às suas expensas, para eventuais demandas que, uma vez esgotadas as tentativas de solução por meio de suporte remoto ainda não tenham sido solucionadas. Sempre que demandada neste sentido, a CONTRATADA alocará recursos para atendimento in loco, mediante prévio agendamento, para possibilitar a estruturação da visita já com a solução esquematizada. O relatório de visita deverá ser assinado pelo servidor da CONTRATANTE que solicitou o atendimento técnico.

8.5.10. Nos casos em que o atraso na solução dos chamados técnicos se dê pela ocorrência de “bug”, notadamente reconhecido pelo fabricante do produto, a CONTRATADA poderá apresentar à CONTRATANTE exposição de motivos que fundamentem a ocorrência desta situação.

8.5.11. Caso a CONTRATANTE considere procedentes as justificativas apresentadas, poderá descontar do tempo total do chamado o tempo decorrido entre a identificação e a solução final para o “bug”.

8.5.12. O Suporte Técnico para os itens 1 e 2 é contratado por meio do item 4;

8.5.13. Os níveis de severidade e parâmetros de suporte estabelecidos para os equipamentos também se aplicarão aos softwares da solução;

8.5.14. A CONTRATADA deverá cumprir prazos máximos para resposta aos acionamentos de acordo com o nível de severidade de cada chamado, conforme tabela abaixo:

Modalidade de atendimento	Evento	Prazos para os níveis de severidade			
		1 - Alta	2 - Média	3 - Baixa	4 – Muito Baixa
On Site, e-mail, plataforma web ou telefone	Término de atendimento	6 horas	10 horas	Até o 2º dia útil após a abertura do chamado	Até o 4º dia útil após a abertura do chamado

8.5.15. No caso de descumprimento dos níveis mínimos de serviço, conforme os prazos estabelecidos no subitem anterior, a Administração poderá aplicar as penalidades conforme a tabela abaixo:

--	--	--	--

Níveis de severidade	Unidade de cálculo	Fórmula de cálculo da multa	Limite da multa
ALTA	1 hora corrida	$NHAT * 0,5\% * VTC$	5% do VTC
MÉDIA	1 hora corrida	$NHAT * 0,5\% * VTC$	4% do VTC
BAIXA	1 dia útil	$NDAT * 0,5\% * VTC$	3% do VTC
MUITO BAIXA	1 dia útil	$NDAT * 0,5\% * VTC$	2% do VTC

8.5.16. Ademais, nos casos de atraso inferior a 50% dos limites de atendimento estabelecidos, a CONTRATANTE poderá optar pela aplicação de advertência.

8.5.17. Onde:

8.5.17.1. VTC – Valor total do contrato;

8.5.17.2. NHAT – Número de horas decorridas entre o final do prazo de atendimento e o efetivo término do atendimento;

8.5.17.3. NDAT – Número de dias úteis decorridos entre o final do prazo de atendimento e o efetivo término do atendimento.

## 8.6. Liquidação

8.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.6.3.1. o prazo de validade;

8.6.3.2. a data da emissão;

8.6.3.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

8.6.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.6.3.5. o valor a pagar; e

8.6.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

8.6.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.6.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

8.6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 8.7. Prazo de pagamento

8.7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.7.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## 8.8. Forma de pagamento

8.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.8.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8.9. Do Reajuste

8.9.1. Não há previsão de reajuste associado a esta contratação, uma vez que todos os itens da contratação deverão ser entregues já no início do contrato, antes do pagamento em única parcela.

## 8.10. Cessão de crédito

8.10.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.10.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

8.10.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.10.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.10.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.10.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

# 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNEDOR

## 9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

## 9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

## 9.3. Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

#### 9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### 9.4.1.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.4.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### 9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

##### 9.4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



9.4.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.4.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.4.1.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.4.1.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.4.1.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.1.3.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.1.3.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% valor total estimado da contratação.

9.4.1.3.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.4.1.3.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## 9.5. Qualificação Técnica

9.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.5.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.5.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.5.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.5.3.1. Fornecimento e instalação de pelo menos 1 (um) switch Fibre Channel, incluindo provimento de garantia /suporte por pelo menos 1 (um) ano.

9.5.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.5.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.5.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.5.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.5.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.5.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.5.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.5.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.5.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	2	R\$194.681,51	R\$389.363,02
2	96	R\$1.521,12	R\$146.027,52
3	1	R\$57.425,03	R\$57.425,03
4	2	R\$46.214,40	R\$92.428,80
5	1	R\$16.240,00	R\$16.240,00
Valor Total Estimado da Contratação:			R\$701.484,37

O valor da licitação está estimado em **R\$701.484,37 (setecentos e um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais com trinta e sete centavos)**.

A data prevista para divulgação do instrumento convocatório é 24/11/2023.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 11.1. Informações Orçamentárias

11.1.1. Plano Orçamentário: #1380377 do projeto #1068853 - Switches DataCenter

11.1.2. Programa/Plano Interno:

11.1.2.1. Plano Interno - SIAFI: 10.01.00;

11.1.2.2. e-Aud: #1338711: Plano Operacional - [DTI] - Sustentação das Soluções de TI - Geral (2023).

11.1.3. Natureza da Despesa:

11.1.3.1. Para os Itens 1 e 2: 44.90.52.43;

11.1.3.2. Para o Item 3: 33.90.40.22;

11.1.3.3. Para o Item 4: 33.90.40.11;

11.1.3.4. Para o Item 5: 33.90.40.20;

## 11.2. Cronograma de eventos resumido para os itens 1, 2, 3 e 4:

<b>Evento</b>	<b>Descrição do evento</b>	<b>Prazo Máximo</b>	<b>Responsável</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	Assinatura do contrato	-	CONTRATANTE e CONTRATADA	
2	Reunião inicial	Evento 1 + 5 dias úteis	CONTRATANTE e CONTRATADA	
3	Comprovação da qualificação de profissionais	Evento 1 + 15 dias úteis	CONTRATADA	
4	Apresentação da infraestrutura à CONTRATADA	Evento 3 + 15 dias úteis	CONTRATANTE	
5	Entrega dos bens	Evento 1 + 90 dias corridos	CONTRATADA	
6	Início da etapa de instalação e configuração da solução	Eventos 3, 4 e 5 concluídos + 10 dias úteis	CONTRATADA	
7	Fim da etapa de instalação e configuração da solução	Evento 6 + 20 dias úteis	CONTRATADA	
8	Entrega da documentação da solução conforme o Anexo I  Comprovação da contratação do Suporte Técnico  Comprovação da contratação das licenças de software (Quando Aplicável)	Evento 7 + 20 dias úteis	CONTRATADA	
9	Recebimento provisório dos Itens 1 ao 4	Evento 8 + 10 dias úteis	CONTRATANTE	
10	Recebimento definitivo dos Itens 1 ao 4	Eventos 9 + 10 dias úteis	CONTRATANTE	
11	Liquidação e Pagamento dos Itens 1 e 2	Evento 10 + 20 dias úteis	CONTRATANTE	R\$535.390,54
12	Liquidação e Pagamento dos Itens 3 e 4.	Evento 10 + 10 dias úteis	CONTRATANTE	R\$149.853,83

**11.3. Cronograma de eventos resumido para o item 5:**

<b>Evento</b>	<b>Descrição do evento</b>	<b>Prazo Máximo</b>	<b>Responsável</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	Assinatura do contrato	-	CONTRATANTE e CONTRATADA	
2	Comprovação da qualificação de profissionais	Evento 1 + 15 úteis dias	CONTRATADA	
3	Entrega do planejamento da atividade de Repasse de Conhecimento	Evento 2 + 5 dias úteis	CONTRATADA	
4	Início da atividade de Repasse de Conhecimento	Evento 3 + 20 dias úteis	CONTRATADA	
5	Fim da atividade de Repasse de Conhecimento	Evento 4 + 10 dias úteis	CONTRATADA	
6	Recebimento provisório do Item 5	Evento 5 + 10 dias úteis	CONTRATANTE	
7	Recebimento definitivo do Item 5	Evento 6 + 10 dias úteis	CONTRATANTE	
8	Liquidação e Pagamento do Item 5	Evento 7 + 10 dias úteis	CONTRATANTE	R\$16.240,00

**12. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RAFAEL LEANDRO FERREIRA**

Integrante Requisitante - Substituto



Assinou eletronicamente em 20/10/2023 às 08:44:56.

**RAFAEL SOBRINHO MENDANHA**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 19/10/2023 às 19:38:44.*

**PAULO CESAR FERREIRA DE SOUZA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 19/10/2023 às 16:05:08.*

Despacho: A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Ato de Designação SUPER 2876327, de 11 de julho de 2023.

**HENRIQUE APARECIDO DA ROCHA**

Autoridade Máxima de TIC.



*Assinou eletronicamente em 19/10/2023 às 17:19:15.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.pdf (286.6 KB)
- Anexo II - MODELO DE AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO.pdf (133.91 KB)
- Anexo III - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO.pdf (117.78 KB)
- Anexo IV - MODELO DE TERMO DE CIENCIA.pdf (136.33 KB)

## **Anexo I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.pdf**

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta comercial, comprovação de que os equipamentos propostos atendem a cada um dos requisitos especificados. Tal comprovação deverá se dar por meio de indicação de documento público (eletrônico ou impresso) e da numeração da página (ou localização no texto), por meio do qual a equipe técnica da CGU possa confirmar tais argumentos.

Na Tabela de Documentação Comprobatória de Requisitos (TDCR), deverá ser especificado o documento, e, na coluna à direita das especificações, deverá ser especificado o **ÍNDICE** do documento na TDCR e a numeração da **PÁGINA** (ou localização no texto do documento) para comprovação.

A CGU reserva-se ao direito de diligenciar, após apresentação da proposta, o fornecedor e/ou fabricante para comprovação das informações prestadas na proposta e nas tabelas.

Todos os requisitos que possuem os termos “Implementar”, “ter capacidade”, “deve permitir”, “deve possibilitar” devem ser interpretados como funcionalidades a serem atendidas pelo objeto a ser contratado independentemente do fornecimento de licenças e/ou upgrades sem custo adicional para a administração.

Todos os requisitos especificados, independentemente do verbo utilizado, deverão estar habilitados e completamente funcionais, exceto quando explicitamente mencionado o contrário. A não comprovação dos requisitos exigidos será causa de desclassificação do licitante.

ÍNDICE	DOCUMENTO (anexo impresso ou sítio da internet)
A	
B	
C	
D	
E	

Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, **originais de fábrica (não podem ter sido recondicionados)**, sem uso, e ainda, atender a todos os requisitos técnicos descritos abaixo:

	DESCRIÇÃO DO ITEM	Índice e Página
1.	Switch Fibre Channel	
1.1.	Características Gerais	
1.1.1.	Deve ser projetado para montagem e uso em rack padrão EIA 19”, devendo vir acompanhado de todas as peças e acessórios (trilhos, suportes, conectores, parafusos etc.) necessários para fixação.	
1.1.2.	Ocupar, no máximo, 2U de altura no rack.	
1.1.3.	Cada switch deve possuir, no mínimo, 48 (quarenta e oito) portas ativas e licenciadas padrão Fibre Channel (FC) de, no mínimo, 32 Gbps full-duplex, também compatíveis com 8 e 16 Gbps.	
1.1.4.	Deve possuir reconhecimento automático das taxas de transferência de 8, 16 e 32 Gbps em modo full-duplex por auto-sensing.	



1.1.5.	Deve permitir a conexão hot-swap das SFP+ e dos cabos de fibra óptica.	
1.1.6.	Deve implementar, no mínimo, os seguintes tipos de portas FC: F_Port (Fabric) e E_Port (Switch-to-Switch).	
1.1.7.	Deve estar habilitado/licenciado para suportar modo Full Fabric ou Full Mesh.	
1.1.8.	Deve implementar as Classes de Serviços 2, 3 e F (inter-switch frames).	
1.1.9.	Deve permitir a implementação de zoning por WWN (World Wide Name), dispositivo e porta.	
1.1.10.	Deve permitir a configuração das zonas a partir de etiquetas/nomes dos diferentes componentes dos dispositivos conectados ao switch.	
1.1.11.	Deve possuir arquitetura não bloqueante, ou seja, deve permitir que todas as portas operem simultaneamente na velocidade máxima.	
1.1.12.	Deve suportar a criação de SANs virtuais (VSANs), fabrics virtuais: ambientes independentes, dentro de uma única infraestrutura física de rede SAN. Cada ambiente de VSAN deve possuir funcionalidades de zoning como uma SAN tradicional, bem como manter os serviços nativos isolados.	
1.1.13.	Possuir a capacidade de particionar o switch em no mínimo 4 fabrics virtuais.	
1.1.14.	Deve possuir licenciamento ilimitado e perpétuo de ISL (Inter-switch link).	
1.1.15.	Deve suportar o compartilhamento de canais ISL entre diferentes VSANs.	
1.1.16.	Deve suportar a criação de enlace lógico pela agregação de múltiplas interfaces.	
1.1.17.	Deve permitir agregação de portas (trunking) de até 8 (oito) portas.	
1.1.18.	Prover funcionalidades de controle de tráfego, tais como: Quality of Service (QoS) e Traffic Isolation Zones.	
1.1.19.	Deverá suportar o modo NPIV.	
1.1.20.	Deve possuir capacidade de upgrade do firmware sem interromper a operação do equipamento (In-Service Software Upgrade – ISSU)	
1.1.21.	Deve vir acompanhado de todas as licenças necessárias para ativar todas as portas e implementar todas as funcionalidades especificadas na contratação. As licenças devem ser perpétuas, sem interrupções após o fim do contrato.	
1.1.22.	O sistema operacional fornecido deve ser a versão mais nova disponível, devendo, entretanto, ser considerada estável pelo fabricante do equipamento.	

1.1.23.	O equipamento deve ser o mais recente da linha de produtos de 32 Gbps do fabricante.	
1.1.24.	Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como softwares, sistemas operacionais, cabos lógicos de gerenciamento/console, cabos de energia elétrica seguindo o novo padrão brasileiro de tomadas, manuais e documentação técnica.	
<b>1.2.</b>	<b>Características Físicas e de Alimentação</b>	
1.2.1.	Deve possuir 2 (duas) fontes internas de alimentação redundantes e hot-swap para operação em 100-240 VAC nominal e 60 Hz nominal. Deve ser fornecido o número máximo de fontes permitido em cada equipamento.	
1.2.2.	Em caso de falha de uma das fontes de alimentação, a fonte remanescente deve ser capaz de suportar o funcionamento do equipamento na sua configuração máxima.	
1.2.3.	Deve possuir ventiladores hot-swap com gerenciamento de temperatura e potência.	
<b>1.3.</b>	<b>Segurança</b>	
1.3.1.	Deve implementar funções de AAA (authetication, authorization e accounting).	
1.3.2.	Deve implementar zonas independentes por SAN virtual.	
1.3.3.	Deve suportar os protocolos RADIUS, TACACS+ e LDAP.	
1.3.4.	Deve suportar o método de controle de acesso RBAC (Role-Based Acess Control).	
<b>1.4.</b>	<b>Gerenciamento</b>	
1.4.1.	Deve possuir suporte a NTP (Network Time Protocol) e gerenciamento via SNMP v1 ou v2c, e v3.	
1.4.2.	Deve possuir porta Ethernet 100/1000, autonegociável, com conector RJ-45 para gerenciamento, configuração e upgrade de firmware.	
1.4.3.	Deve possuir capacidade de rastrear o caminho seguido por um pacote na rede SAN (FC traceroute).	
1.4.4.	Deve possuir capacidade de verificar o tempo de resposta de um dispositivo na rede SAN (FC Ping).	
1.4.5.	Deve permitir o diagnóstico por espelhamento de porta (SPAN port).	

1.4.6.	Deve possuir estatísticas de utilização e erros, por interface e porta.	
1.4.7.	Deve possuir recurso de monitoramento de uso e desempenho de todas as portas.	
1.4.8.	Deve possuir suporte ao envio de informações a um servidor syslog externo.	
1.4.9.	Deve possuir interface CLI (Command Line Interface) e GUI (Graphical User Interface) para configuração e gerenciamento.	
1.4.10.	Deve possuir API REST.	
1.4.11.	Deve implementar call-home de modo que permita ao switch notificar o fabricante sobre eventos e alarmes do equipamento.	
<b>1.5.</b>	<b>Software de Administração/Gerência da Solução</b>	
1.5.1.	Deve haver software para administração/gerência da solução com interface gráfica para a configuração, monitoramento e gerência de todos os equipamentos da solução de forma centralizada e em tempo real.	
1.5.2.	Desde que atenda a todas as especificações deste Termo de Referência, o Software de Administração/Gerência pode funcionar embarcado nos switches ou pode ser stand-alone. Nesse último caso, deve funcionar em ambiente VMware da CONTRATANTE. Em todos os casos, o software deve permitir gerenciar os dois switches/fabrics de forma centralizada (através de um único ponto de acesso deve ser possível administrar a solução completa).	
1.5.3.	O software deve possuir representações gráficas com o estado em tempo real dos equipamentos, incluindo o estado operacional e uso das portas.	
1.5.4.	Deve permitir a configuração de diferentes perfis de usuários, com regras distintas para administrador e apenas leitura.	
1.5.5.	Deve possibilitar autenticação via LDAP, Radius ou TACACS+, para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários.	
1.5.6.	Deve prover a detecção de falhas em tempo real e relatórios.	
1.5.7.	Deve possibilitar o cadastro manual de alertas e permitir a configuração das notificações associadas.	
1.5.8.	Deve permitir visualização de logs.	
1.5.9.	O Software de Administração/Gerência deve ser homologado pelo fabricante dos equipamentos.	

1.5.10.	As licenças do Software de Administração/Gerência devem ser perpétuas. Também serão aceitos softwares gratuitos, desde que atendam a todos os requisitos deste Termo de Referência. Caso não haja possibilidade de licenciamento perpétuo, será aceito licenciamento por subscrição, que deve abranger o período completo de 60 (sessenta) meses, a contar da data especificada na seção 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.	
<b>2.</b>	<b>Tranceivers (SFP+)</b>	
2.1.1.	Deverão ser fornecidos transceivers (SFP+), conector padrão LC shortwave, para utilização com fibra ótica multimodo, com velocidade de, no mínimo, 32 Gbps, também compatíveis com 8 e 16 Gbps, para todas as portas dos switches.	
<b>3.</b>	<b>Instalação e Configuração</b>	
3.1.1.	A instalação de todos os componentes fornecidos deverá correr por conta da CONTRATADA.	
3.1.2.	A instalação compreende: a desembalagem, a montagem de todos os componentes que integram os itens, a instalação dos conjuntos montados em rack padrão 19” nas instalações da CGU, a energização do equipamento, a realização dos ajustes de hardware e software, atualizações de firmwares, patches e afins, necessários ao funcionamento dos itens e a instalação da solução de gerenciamento, as verificações dos recursos de cada item quanto ao seu perfeito funcionamento e integração com os demais ativos da infraestrutura de rede SAN e LAN da CGU, e atividades decorrentes, como configuração de ISL e trunking entre os switches SAN, criação de Virtual Fabric/VSAN e zonings, entre outras, conforme as melhores práticas indicadas pelo fabricante e orientações da equipe técnica da CGU, devendo seguir obrigatoriamente os manuais técnicos do fabricante.	
3.1.3.	A instalação será acompanhada por técnicos da CGU.	
3.1.4.	O serviço deverá ser realizado no datacenter da CONTRATANTE, em Brasília, em horário que não prejudique o funcionamento do Órgão. Assim, a critério da CONTRATANTE, as atividades que envolvam risco de prejudicar o funcionamento do ambiente deverão ser executadas em dias e horários não úteis, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.	
3.1.5.	Deverão ser instaladas correções de software e versões mais recentes do firmware recomendadas pelo fabricante.	
3.1.6.	Todas as licenças e <i>recursos</i> devem ser ativados durante a instalação dos equipamentos.	
3.1.7.	A CONTRATADA deverá realizar a configuração e integração dos equipamentos ao ambiente atual, que possui as seguintes características:	

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Há em uso 2 (dois) switches FC de 8 Gbps, que serão substituídos;</li><li>• São usadas aproximadamente 38 (trinta e oito) portas de cada switch;</li><li>• Todas as fibras conectadas aos equipamentos são identificadas;</li><li>• Os equipamentos operam de forma redundante, assim, pode-se substituir um por vez;</li><li>• Não há necessidade de novas fibras ópticas para conectar os switches aos initiators/targets;</li><li>• Utiliza-se soft zonnig;</li><li>• Cada zona deve possuir no máximo 1 (um) initiator e 1 (um) target;</li><li>• Há 1 (uma) tape;</li><li>• Há 18 (dezoito) servidores;</li><li>• Há 3 (três) storages em uso e 2 (dois) em processo de aquisição.</li></ul> <p>O cenário exposto visa servir como subsídio para o dimensionamento do serviço de Instalação e Configuração, porém, o ambiente pode sofrer variações, sem que implique em ônus à CONTRATANTE.</p> <p>O Órgão planeja desativar 2 (dois) dos storages atuais em uso após conclusão da implantação dos 2 (dois) storages em processo de aquisição.</p>	
3.1.8.	Deve considerar ainda a implementação dos mecanismos de proteção e desempenho através do zoneamento dos switches e proteção de acesso através ativação de Lun Masking no subsistema, além da implementação da funcionalidade de balanceamento de carga e/ou failover, conforme orientações da equipe técnica da CGU.	
3.1.9.	Deverão ser disponibilizados todos os softwares, cabos de conexão e tomadas, que forem necessários ao funcionamento e gerenciamento do equipamento.	
3.1.10.	Realizar a instalação e configuração do software de administração/gerência da solução de acordo com o ambiente da CONTRATANTE, incluindo a migração de configurações anteriores, se necessário.	
3.1.11.	A CONTRATADA deverá entregar a documentação completa da solução implantada, abrangendo diagramas físicos e lógicos, As Built, números de série, Part Numbers, versões dos softwares, senhas, endereços físicos/lógicos e equipamentos conectados em cada porta dos switches, período de suporte técnico/garantia, telefone, e-mail e portal de serviços web para o acionamento do suporte técnico.	
<b>4.</b>	<b>Suporte Técnico</b>	

4.1.1.	O serviço de Suporte Técnico deve abranger a garantia de funcionamento completa da solução ofertada (hardware e software), incluindo quaisquer itens que acompanhe, com ônus integral da CONTRATADA, pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, a contar da data especificada na seção 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.	
4.1.2.	O serviço de Suporte Técnico é composto pelos serviços de garantia do fabricante (legal e contratual), suporte do fabricante, suporte da contratada (caso não seja o próprio fabricante), atualização de firmware/software e atendimento on-site em Brasília, e pela cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças, componentes e equipamentos, ajustes, correções e outras ações necessárias para o funcionamento da solução conforme as recomendações do fabricante e os critérios do Termo de Referência, sem ônus à CONTRATANTE.	
4.1.3.	Caso a CONTRATADA não seja a fabricante dos equipamentos, deverá realizar o Suporte Técnico em primeira instância, mas deverá haver a possibilidade de escalar o serviço ao fabricante sempre que necessário.	
4.1.4.	O acionamento do fabricante para solução de qualquer problema não será considerado subcontratação. Mesmo com a escalação de problemas para o fabricante, a CONTRATADA continua sendo responsável por atender aos requisitos e níveis mínimos de serviço do Suporte Técnico, devendo acompanhar o atendimento do chamado pelo fabricante.	
4.1.5.	O serviço de Suporte Técnico, sempre que necessário, deverá ser realizado nas dependências em que os equipamentos estiverem instalados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.	
4.1.6.	Não deve haver limite de acionamento do serviço de Suporte Técnico. Desta forma, não há limites para a abertura de chamados, substituição de peças, equipamentos ou qualquer componente defeituoso, atualização de firmware e software entre outras ações necessárias para a garantia de funcionamento da solução pelo período completo do serviço de Suporte Técnico, sem ônus à CONTRATANTE.	
4.1.7.	A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela CONTRATADA, desde que o fabricante assegure que não haverá perda da garantia, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização da CONTRATANTE.	
4.1.8.	Todas as peças, componentes mecânicos ou eletrônicos substitutos e equipamentos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sempre “novos e de primeiro uso”, não podendo ser recondicionados.	
4.1.9.	A correção de erros dos softwares deve ser realizada sem ônus à CONTRATANTE, durante o prazo de vigência do Serviço Técnico, nos	

	termos do Capítulo III da Lei nº 9.609/1998. Caso os erros venham a ser corrigidos em versão posterior do software, essa versão deverá ser fornecida sem ônus para a CONTRATANTE.	
4.1.10.	A CONTRATADA poderá autorizar que a equipe técnica da CONTRATANTE realize manutenção de urgência, incluindo abertura dos equipamentos para detecção de problemas, desde que a CONTRATADA assegure que não haverá perda da garantia, podendo inclusive trocar componentes defeituosos.	
4.1.11.	Deverá ser substituída qualquer parte da solução que, em um prazo de 6 meses, apresente mais de 3 (três) chamados para o mesmo problema (desde que a causa deste seja atribuída ao componente) ou mais de 5 (cinco) chamados para problemas distintos (desde que a causa destes sejam atribuídas ao componente).	
4.1.12.	É de responsabilidade integral da contratada o recolhimento de peças, componentes e equipamentos substituídos.	
4.1.13.	A CONTRATADA deverá fornecer plataforma web em que seja possível realizar a abertura de chamados, bem como central de atendimento por telefone, do tipo 0800. Em ambos os casos, o atendimento deve estar disponível em língua portuguesa. Caso seja necessário escalar chamado para o fabricante e o atendimento não esteja disponível em língua portuguesa, a CONTRATADA deverá, a critério da CONTRATANTE, fornecer tradutor.	
4.1.14.	Não deve haver limite de número de usuários aptos a abrir chamado em quaisquer uma das modalidades de atendimento.	
4.1.15.	A CONTRATADA deverá prover acesso da CGU ao site do fabricante, em área de acesso exclusivo da CGU, para a verificação de que foram contratados garantia e suporte técnico, em nome da CGU, pelo período integral do serviço de Suporte Técnico. Também será aceita documentação fornecida diretamente pelo fabricante que permita executar a verificação.	
4.1.16.	O serviço de Suporte Técnico deve abranger todos os componentes da solução, hardware, software, firmware, módulos, peças e quaisquer itens oferecidos na proposta comercial.	
<b>5.</b>	<b>Repasse de Conhecimento</b>	
5.1.1.	O repasse de conhecimento visará ao máximo a transferência de conhecimento necessário à equipe da CGU para a correta instalação, configuração, operação e administração dos produtos ofertados.	
5.1.2.	O repasse de conhecimento deverá ser do tipo hands-on.	
5.1.3.	Deverá haver laboratório com pelo menos 1 (um) POD (Point of Delivery), que pode ser físico ou virtual, por aluno. O laboratório deve utilizar equipamentos do mesmo fabricante com as mesmas funcionalidades e interface/sintaxe que aqueles ofertados para esta contratação.	

5.1.4.	O repasse de conhecimento deverá possuir carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas, e será ministrado em dias úteis, em períodos de até 4 (quatro) horas diárias, de forma a não prejudicar o andamento das atividades na CGU.	
5.1.5.	O repasse de conhecimento deverá ser ministrado em local disponibilizado pela CONTRATADA para um público de até 6 (seis) alunos e 4 (quatro) ouvintes.	
5.1.6.	<p>O repasse de conhecimentos deverá contemplar, no mínimo, os seguintes tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução a Redes de Armazenamento;</li><li>• Planejamento e Implementação de SAN;</li><li>• Terminologia e conceitos relacionados a redes SAN;</li><li>• Tipos de portas FC;</li><li>• Recursos de acesso e opções de compartilhamento da SAN;</li><li>• Arquitetura Fibre Channel, com seus principais protocolos;</li><li>• Conceitos de trunking, ISL Trunking, tipos de zoning e port mirroring;</li><li>• Criação de SANs virtuais e zonas;</li><li>• Administração e manutenção do ambiente SAN;</li><li>• Apresentação das principais funcionalidades, atividades de administração e resolução de problemas;</li><li>• Software de gerência/administração, devendo apresentar no mínimo, procedimentos para:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Adicionar os dispositivos ao software;</li><li>○ Configurar os dispositivos;</li><li>○ Visualizar e alterar as configurações;</li><li>○ Visualizar relatórios;</li><li>○ Visualizar uso das interfaces em tempo real e histórico de uso;</li><li>○ Visualizar logs;</li><li>○ Criar e modificar o zoneamento;</li><li>○ Criar alertas;</li><li>○ Configurar a integração com o Active Directory/RADIUS;</li><li>○ Configuração de perfis de acesso.</li></ul></li></ul>	
5.1.7.	Ao menos um dos profissionais diretamente envolvidos no serviço de Repasse de Conhecimento deverá possuir certificação oficial do fabricante na tecnologia de redes SAN.	
5.1.8.	O repasse de conhecimento deverá ser ministrado em língua portuguesa.	
5.1.9.	A CONTRATADA será responsável pela produção, impressão do material e logística necessários, inclusive transporte, diárias, passagens, às atividades previstas no contrato, arcando com as despesas decorrentes.	



**Anexo II - MODELO DE AVALIAÇÃO DE  
TREINAMENTO.pdf**

**ANEXO II – MODELO DE AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO**

Tópicos a serem avaliados	Critérios a serem avaliados	Média de Avaliação por Categoria	Média Geral
Em relação ao curso	Coerência entre o proposto e o realizado	Média das notas igual ou superior a 3.	Média das notas igual ou superior a 3,5.
	Material entregue no primeiro dia de treinamento?		
	Cumprimento do conteúdo programático		
	Aderência dos exercícios de laboratório ao conteúdo proposto		
Em relação ao Material Didático	Conteúdo contempla toda a ementa do Curso	Média das notas igual ou superior a 3.	
	Qualidade de Impressão		
	Clareza		
	Corretude		
	Coerência com a versão da ferramenta/equipamento.		
Em relação ao Instrutor	Clareza e Didática	Média das notas igual ou superior a 3.	
	Estímulo à participação do grupo		
	Esclarecimento de dúvidas		
	Foco na apresentação do tema		
	Administração do tempo previsto		
	Domínio do tema		
Em relação às instalações	POD (Point of Delivery)	Média das notas igual ou superior a 3.	
	Equipamentos Disponibilizados		
	Sala de Aula		

As notas utilizadas no formulário para avaliação de cada critério do curso deverão ser as seguintes:

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Indiferente
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Após o recebimento da planilha contendo as notas dos participantes do treinamento, deve-se adotar os seguintes critérios para o cômputo da nota:

- As notas dos ouvintes devem ser descartadas;
- Calcular a média ponderada das notas.
  - Equipes diretamente envolvidas tem peso 2
  - Equipes convidadas, peso 1.

- Quanto às médias:
  - A média de cada um dos grupos (Curso, Material e Instrutor) tem que ser superior a 3;
  - A média geral deve ser superior a 3,5.

**Anexo III - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO  
DE MANUTENÇÃO DE SIGILO.pdf**

## ANEXO III - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ /201X

A <**PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA CONTRATADA**> doravante referida simplesmente como **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o número <NÚMERO DO CNPJ>, com endereço <ENDEREÇO>, neste ato representada pelo <VÍNCULO DO SIGNÁRIO COM A CONTRATADA>, <**NOME DO SIGNATÁRIO**>, nos termos do <CONTRATO OU TERMO ADITIVO EM QUE FOI PACTUADO O SIGILO>, compromete-se a observar o presente TERMO DE COMPROMISSO, firmado perante a **UNIÃO**, por meio do **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, doravante referido simplesmente como **CGU**, em conformidade com as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste TERMO DE COMPROMISSO é a necessária e adequada proteção às informações controladas de propriedade exclusiva da CGU fornecidas à CONTRATADA para que possa desenvolver as atividades contempladas especificamente no Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Subcláusula Primeira** - A CONTRATADA reconhece que, em razão da prestação de serviços à CGU, tem acesso a informações que pertencem à CGU, que devem ser tratadas como controladas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

O termo “informações controladas de propriedade exclusiva da CGU” abrange toda informação, por qualquer modo apresentada ou observada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outras a que, diretamente ou através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha a CONTRATADA ter acesso durante ou em razão da execução do contrato celebrado.

**Subcláusula Primeira** - Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a CONTRATADA deverá mantê-la sob sigilo até que seja autorizada expressamente pelo representante legal da CGU, referido no Contrato, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa da CGU poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da CGU, das informações controladas reveladas.

**Subcláusula Primeira** – As informações de caráter técnico observadas ou informadas durante a execução do contrato que impactem especificamente os produtos ou serviços fornecidos e prestados pela CONTRATADA poderão ser utilizadas por essa para a melhoria de seus produtos, reparos ou

mesmo compartilhados com outros clientes sem a necessidade de autorização prévia da CGU. Em nenhum momento o nome da CGU ou outra fonte poderá ser vinculada ou distribuída conjuntamente com a informação dos produtos da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços à CGU, as informações controladas reveladas.

**Subcláusula Terceira** - A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços à CGU, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações controladas reveladas.

**Subcláusula Quarta** - A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

**Subcláusula Quinta** - A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente à CGU qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO**

A quebra do sigilo das informações controladas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da CGU, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre a CGU e a CONTRATADA sem qualquer ônus para a CGU. Nesse caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CGU, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DAS INFORMAÇÕES**

A CONTRATADA devolverá imediatamente à CGU, ao término do Contrato, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada confidencial, nos termos do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a que teve acesso em decorrência do vínculo contratual com a CGU.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor a partir de sua assinatura e enquanto perdurar a natureza sigilosa ou restrita da informação, inclusive após a cessação da razão que ensejou o acesso à informação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os casos omissos neste TERMO DE COMPROMISSO, assim como as dúvidas surgidas em decorrência da sua execução, serão resolvidos pela CGU.

Por estarem de acordo, a CONTRATADA, por meio de seu representante, firma o presente TERMO DE COMPROMISSO, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Brasília, DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**<REPRESENTANTE DA CONTRATADA>**  
**<VÍNCULO DO REPRESENTANTE COM A CONTRATADA>**

RG:  
CPF:

DE ACORDO:  
  
(integrantes da equipe técnica da CONTRATADA)

_____	_____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

## **Anexo IV - MODELO DE TERMO DE CIENCIA.pdf**



## ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

## TERMO DE CIÊNCIA

## INTRODUÇÃO

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Instituição.

IDENTIFICAÇÃO			
Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:	Controladoria-Geral da União		
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante:

- a) [Portaria CGU nº 587/2021](#): Institui a Política de Segurança da Informação da Controladoria-Geral da União;
- b) [Norma Complementar nº 05/2017](#): Estabelece as diretrizes para o uso dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da CGU; e
- c) [Código de Conduta da CGU](#);

## CIÊNCIA

**CONTRATADA – Empregados**

**<Nome>**

**Matrícula:** *<Matr.>*

<Nome>

**Matrícula:** *<Matr.>*

**<Nome>**

**Matrícula:** *<Matr.>*

<Nome>

Matrícula: *<Matr.>*

**<Nome>**

Matrícula: *Matr.*

**<Nome>**

**Matrícula:** *<Matr.>*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.